

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.
Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

Comunicação Oral
Eixo Temático – Estado e Políticas Sociais

NEOLIBERALISMO NO BRASIL: agravamento da ausência de um capitalismo autônomo

NEOLIBERALISM IN BRAZIL: worsening the absence of autonomous capitalism

Handerson Leonidas Sales¹
Antônio Dimas Cardoso²

Resumo: O estudo objetiva discutir os reflexos das práticas de políticas neoliberais brasileiras nos elementos considerados determinantes da teoria do capitalismo dependente, no período de 1990 a 2002. Para isso utilizou-se uma base de estudos do neoliberalismo como referência para analisar seus efeitos sobre o capitalismo dependente. Os resultados obtidos em consequências às medidas neoliberais de abertura comercial, desregulização financeira, privatizações e desregulização da força de trabalho levaram a deduzir que os itens dos fatores determinantes do capitalismo dependente foram afetados significativamente no Brasil que em síntese são correspondentes a troca desigual, transferência de valores para o exterior e superexploração do trabalho.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Capitalismo Dependente; Desenvolvimento.

Abstract: The study aims to discuss the reflexes of the practices of Brazilian neoliberal policies in the elements considered determinant of the theory of dependent capitalism, in the period from 1990 to 2002. For that, a base of studies of neoliberalism was used as a reference to analyze its effects on dependent capitalism. The results obtained as a consequence of the neoliberalist measures of trade opening, financial deregulation, privatization and deregulation of the workforce led to the conclusion that the items of the determinant factors of dependent capitalism were significantly affected in Brazil, which in summary correspond to unequal exchange, transfer of values abroad and over-exploitation of work.

Keywords: Neoliberalism; Dependent Capitalism; Development.

¹ Doutorando no Programa de Desenvolvimento Social – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), Professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

² Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB), Professor efetivo da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).

1. INTRODUÇÃO

Na história da sociedade a partir da divisão internacional do trabalho, os movimentos de readaptação socioeconômica tornaram-se frequentes a cada ciclo de crise econômica. Uma dessas readaptações, após diversas crises ocorridas nas décadas de 1970 e 1980, levaram os EUA e alguns países da Europa a culminarem esforços de fomento a liberdade comercial e a investimentos em atividades corporativas com fins lucrativos, além de repensar o papel do Estado sobre a dimensão da sua atuação no intuito de reduzir sua intervenção na economia e alterar a forma de promover o bem-estar social.

Esse movimento, ainda dentro do imperialismo, foi definido como neoliberalismo. Os países centrais foram os seus precursores, acompanhados em seguida por países periféricos, a exemplo do Brasil, os quais passaram a atender as diretrizes do Consenso de Washington de 1989.

Todavia a subordinação dos países periféricos aos centrais permanecia inerente nas relações econômicas perante a hegemonia imperialista, caracterizada por rasgos de um capitalismo sem autonomia, que vem se estendendo desde o período pós-colonial. Esse fenômeno é denominado de capitalismo dependente e não somente se faz presente nos países da América Latina, como também esclarece e justifica o comportamento das diversas fases de adaptação e readaptação dessas economias perante o cenário de avanço do imperialismo de alguns países centrais e do neoliberalismo no mundo.

A adoção de políticas neoliberalistas pelos países periféricos afeta suas relações com os países centrais, mas não se sabe afirmar em que proporção o neoliberalismo atingiu os fatores estruturantes do capitalismo dos países periféricos bem como os seus reflexos para a sociedade. Diante desse cenário, o objetivo deste estudo consiste em discutir os reflexos das práticas de políticas neoliberais brasileiras nos elementos considerados determinantes da teoria do capitalismo dependente, no período de 1990 a 2002.

O presente trabalho faz-se necessário no sentido de compreender as readequações socioeconômicas sofridas no Brasil, o que sugere diferentes tratamentos em suas políticas, e tem como proposição que a partir do neoliberalismo o capitalismo dependente sofre significativos impactos em seus fatores determinantes.

Para formar a base teórica de referência do estudo deste tema foram consideradas as seguintes publicações: Globalização, dependência e o neoliberalismo na América Latina de

Martins (2011); Dialéctica da Dependência de Marini (1976); Dependência e desenvolvimento na América Latina de Cardoso e Faletto (1984); e Política neoliberal e sindicalismo no Brasil de Boito Jr (1999). Desta forma, fez-se uso das evidências e dados secundários trazidas por esses autores em suas obras, sob às quais foram inseridas outras, para possibilitar e propor uma leitura alternativa do neoliberalismo e o capitalismo dependente.

2. O CAPITALISMO DEPENDENTE COMO UM PROCESSO CONTÍNUO

O Capitalismo Dependente, compreendido a partir da Teoria Marxista da Dependência, traz a concepção de que a subordinação, nas relações socioeconômicas dos países periféricos, alimenta um processo contínuo de permanência dessa condição, limitados a uma estrutura insuficiente para o seu desenvolvimento.

Na compreensão da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal) o subdesenvolvimento é concebido como parte de uma etapa de um processo para o desenvolvimento que a partir de uma trajetória de expansão econômica poderia ser mudado de patamar com políticas direcionadas para esse objetivo, como foi o caso das diretrizes para fomentar uma estrutura de produção de produtos substitutos de importação (BIELSCHOWSKY, 2000).

Marini (1976), diferentemente dessa concepção, vem através de seus estudos, responder as razões pelas quais as condições estruturais de subordinação permanecem estáticas bem como esclarecer como se dá o dinamismo da dependência nos países da América Latina.

As forças dominantes dos países dependentes, perante o cenário de comercialização mundial, buscam super lucros beneficiado pela condição da esfera de produção mais avançada na divisão internacional do trabalho (MARINI, 1976). Essa produção é caracterizada principalmente pela elevada tecnologia e composição orgânica e pelo capital de menor risco, lastreado por bases financeiras internacionais e comerciais.

Ratifica o Marini (1976) que o capital proveniente da produção latino-americana para circular necessita passar pelo mercado dos países industriais separando a produção e a circulação de mercadoria. Alimenta-se, portanto, a própria contradição da produção capitalista em que os trabalhadores que produzem também são consumidores de mercadorias. No caso dos países periféricos a baixa capacidade de consumo interna não é suficiente para que o

capitalismo obtenha sua própria autonomia ou que pelo menos realize trocas equivalentes de seus produtos no mercado internacional.

A ausência de trocas equivalentes nas relações comerciais, também denominadas de trocas desiguais, correspondem a negociações de produtos com determinação de seus valores com bases diferentes de comparação, ou negociações que violam a lei da Teoria de Valor apontada por Marx (1985, 1, I, p.72) cujo valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário para sua produção. Diferente da proposição do mercado de se basear na lei da oferta e procura para justificar a volatilidade dos preços, a troca desigual vem esclarecer outros argumentos não respondidos por aquela realizados por Marini (p. 20, 1976) “Como o preço dos produtos industriais se mantém relativamente estável, e em todo o caso declina lentamente a deterioração dos termos da troca reflete de fato a depreciação dos bens primários.” Assim os países periféricos, que orbitam em esferas de produtividades diferenciadas, acabam por lograr perdas pela troca de produtos não favorecidos pelos valores comercializados internacionalmente. A forma encontrada de tentar compensar tais perdas é a adoção de uma maior exploração do trabalho, que será posteriormente melhor circunstanciada.

Na totalidade econômica mundial, ou a visão de uma economia unificada, existe diferentes intensidades de divisão internacional do trabalho o que acaba por apresentar realidades divergentes na comercialização de produtos entre esferas econômicas. As consequências de tal configuração são assim elencadas por Martins (2011, p. 241), e detalhadas na sequência: “a) articulação ao capital internacional que se apropria de grande parte da mais-valia gerada internamente [...]; b) perda de mais-valia para economias nacional compensada com a fixação de mais-valia extraordinária em seu favor [...]; c) a superexploração do trabalho [...]”.

A primeira consequência possui relação com a capacidade produtiva dos países centrais, sua maior composição orgânica e a forma com que o capital internacional explora a economia mundial. Em função de sua elevada capacidade produtiva os países centrais não se veem forçados a reduzir o preço de venda dos seus produtos. A segunda consequência elencada por Martins (2011), corresponde aos efeitos da maior produtividade dos países industriais através da exportação de matéria prima pelos países periféricos com troca desigual, realimentando o ciclo de aumento da mais-valia relativa daqueles países (MARINI,

1976). A terceira e última consequência é a superexploração do trabalho, que é o fundamento do capitalismo dependente reflexo da relação de subordinação dos países periféricos com os países centrais, onde se busca inicialmente aumentar a intensidade do trabalho, na expectativa de elevar a mais-valia através da sua exploração, ao invés do aumento da capacidade produtiva

Ao limitar e manter um baixo consumo interno incapaz de absorver a produção realizada a superexploração do trabalho reforça o modo de circulação do capital dos países dependentes. “O consumo individual dos trabalhadores representa, pois, um elemento decisivo na criação de procura das mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação” (MARINI, 1976, p. 37). Na América Latina, o consumo individual é insuficiente para absorver a produção, prejudicado pela superexploração do operário. A produção, conseqüentemente, necessita de buscar novos mercados de consumo externo ao país, como no caso da matéria prima, sofrendo as conseqüências da sua baixa competitividade. Já o lucro derivado da produção coloca os próprios capitalistas a consumirem produtos de importação para satisfazer suas expectativas, uma vez que no mercado interno não haverá disposição em produzir produtos suntuosos em um mercado de baixo consumo (MARINI, 1976).

De forma divergente ao Marini (1976), o capitalismo dependente na percepção de Cardoso e Faletto (1984) constitui em uma etapa em direção ao desenvolvimento da sociedade sem perder a autonomia política. Todavia, reconhecem que as forças políticas se tornaram limitadas em suas ações, pois foram insuficientes para impor suas exigências junto ao mercado econômico externo. O caráter weberiano de Cardoso e Faletto (1984) destaca os fundamentos de uma racionalidade fundamentada no ambiente societário sobre fins particulares dos dominantes, sendo o político a parte frágil do ambiente societário.

3. NEOLIBERALISMO E SEUS REFLEXOS NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O neoliberalismo surge em resposta às instabilidades econômicas ocorridas após a Segunda Guerra Mundial tendo como premissa reduzir a participação do Estado na economia e nas políticas de bem-estar social.

Após a denominada Era de Ouro do Capitalismo, desenrolada no período de 1945 ao início de 1970, onde a Europa e os EUA vivenciaram uma grande expansão econômica, o

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.
Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

mundo se deparou com a crise do Petróleo em 1973³, a qual provocou um elevado aumento do preço do barril e consequente recessão que desestabilizou a economia mundial.

Recorda-se que ao se defrontar com esse cenário de instabilidade os EUA e a Europa traziam em suas práticas econômicas ideias Keynesianas, em que a intervenção do Estado era fundamental para garantir a demanda efetiva e assegurar a produção e consequentemente a ocupação da força de trabalho. Todavia, no cenário das crises econômicas na década de 1970, as classes dominantes afetadas em seu consumo, não mais coniventes com as críticas ao modelo interventor do Estado, apoiavam alternativas contrárias a essa lógica e incentivavam a liberdade do mercado e o Estado mínimo.

Harvey (2005, p.19) aponta que “a reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial pretendia impedir um retorno às condições catastróficas que tanto ameaçaram o poder capitalista na grande crise dos anos 1930”. Buscava-se, portanto, um adequado relacionamento entre o Estado, mercado e instituições democráticas capaz de fomentar o bem-estar e o retorno ao crescimento econômico. O neoliberalismo surge desse desejo e ações de alternativa ao cenário de crise da década de 1970.

Várias evidências de fatos ocorridos no movimento em prol dessas ações podem ser elencadas o que dificulta afirmar um marco do neoliberalismo. Mas Duménil e Lévy, (2004, p. 12) depreende que “o fim de 1979, entretanto, representa uma data emblemática. Indicado à chefia do banco central dos EUA [...] Paul Volcker decidiu aumentar as taxas de juros até onde fosse necessário para acabar com a inflação”. Essa ação provocou a princípio o aumento do desemprego no país. Segundo Chesnais (1995, p. 19), deu-se início a “um amplo conjunto de medidas de desregulamentação, de desintermediação e de descompartimentação monetárias e financeiras”.

Acrescenta-se também, pelo mesmo autor evidências de forma generalizada no mundo como a eliminação das barreiras alfandegárias e a livre circulação de capitais, o euro mercado, a atuação independente dos bancos centrais, a fragilidade da classe operária perante a crise e o fracasso do modelo soviético. Observa-se, portanto, ações sendo tomadas perante o cenário

³ Seu elemento detonador foi, o conflito árabe-israelense, o que desencadeou sucessivos aumentos nos preços do petróleo decretados a partir de outubro de 1973. (SANDRONI, 1999, p. 457)

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.

Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

econômico mundial de forma a reestruturá-lo com ideias e práticas liberais para vencer o período de recessão que se encontravam os países centrais.

Assim foi se formando o conceito de neoliberalismo, mais apropriadamente apresentado por Harvey (2005, p. 12):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas.

Esse conceito político do bem-estar humano promovido pela liberdade, livre mercado e do papel do Estado remonta ao início do capitalismo onde se privilegia o monopólio e os detentores do capital e propriedade privada, uma vez que as ações congruentes com a perda de direito dos trabalhadores e a participação democrática no governo estimulam o mercado.

Quanto a intervenção do Estado na economia, aponta Boito Jr (1999, p. 26), “mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda”. Entre os neoliberalistas existe o entendimento de que as ações do Estado na produção de bens e serviço, seja como um agente produtor ou como um regulador, traz consequência prejudiciais ao mercado, pois por um lado pode se monopolizar determinados segmentos e por outro não permitir que o mercado eficiente ocorra. Além disso, o mesmo autor, também aponta as consequências da atuação do Estado no mercado no âmbito político “os cidadãos habituar-se-iam ao paternalismo do Estado e assim deixariam de desenvolver sua capacidade de iniciativa para resolver seus próprios problemas” (*Ibid.*, p. 26).

Do ponto de vista do monopólio, nota-se uma contradição dos neoliberalistas a respeito da atuação do Estado, haja vista que no mercado eficiente, o qual possui uma elevada concorrência, não poderia existir monopólios seja formado por capital privado ou por recursos públicos. Todavia, o capitalismo, pela sua história, fomenta a formação de monopólio construindo verdadeiros impérios e a acumulação de renda, o que também torna o mercado ineficiente. Desta forma, o discurso sobre os limites de atuação do Estado parece ser oportuno ao capitalismo monopolista e ao imperialismo para a condição favorável aos ganhos de seus defensores.

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.
Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

Para que se possa discutir a consequência do neoliberalismo no comportamento dos fatores determinantes do capitalismo dependente torna-se necessário primeiramente expor as ações de caráter neoliberalistas aplicadas nos países centrais e periféricos que adotaram tal regime, para posteriormente confrontar com os fatores determinantes do capitalismo dependente já citado anteriormente.

O tripé de ações que evidencia e caracteriza o neoliberalismo pode ser descrito nas seguintes dimensões, conforme exposição de Boito Jr (1999, p. 30), “abertura comercial e desregulamentação financeira; as privatizações; e a desregularização do mercado da força de trabalho”. Segundo o mesmo autor, há um equívoco dos defensores de políticas neoliberais de que as ações de tal política possuem o mesmo efeito quando aplicadas aos países centrais e periféricos, principalmente no que diz respeito aos danos provocados aos trabalhadores. Para os EUA as consequências ocorridas nos períodos das ações neoliberalista reforçam a economia estadunidense, principalmente o poder aquisitivo dos 1% mais ricos da população (DUMÉNIL; LÉVY, 2004).

Já para os países periféricos, como os da América Latina, os efeitos do neoliberalismo são divergentes dos apresentados nos EUA e realimentam os fatores do capitalismo dependente e subordinação aos países centrais como será demonstrado pela análise a seguir. Assim, o estudo será realizado a partir do confronto das diretrizes neoliberalistas de privatização, abertura comercial e desregularização financeira e do mercado da força de trabalho, com os fatores determinantes da dependência correspondentes a circulação do capital, troca desigual e superexploração do trabalho.

No Brasil, a política de desindustrialização foi iniciada com a abertura comercial reduzindo as barreiras e alíquotas de importação durante o governo de Fernando Collor de Mello. As importações continuaram a crescer pela continuidade dessas ações e aumento do câmbio ainda no mandato do mesmo governo. A balança comercial passou a entrar em déficit e atingiu 3,1 bilhões de dólares em 1995 e 1,0 bilhão de dólares em 1997 (BOITO JR, 1999). “No quadriênio 1992/1995, as importações brasileiras cresceram 142%, enquanto as exportações cresciam apenas 30%” (*Ibid.*, p. 88). Essa desproporção do crescimento da importação em relação à exportação trouxe como consequência elevação do saldo da dívida

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.

Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

externa⁴. Por um outro lado, a desregulamentação financeira no neoliberalismo no Brasil permitiu a redução da inflação e levou os bancos a compensarem suas perdas através de outras alternativas de ganhos correspondentes a liberação das taxas de cobrança de serviços aos clientes, juros excessivos e concentração bancária que ampliou sua rede de clientes, como aponta Boito Jr. (1999, p. 59):

A abertura comercial, a desregulamentação financeira e o elevado montante pago ao longo dos anos 90 a título de serviços da dívida externa, que são partes integrantes da política econômica neoliberal, na medida em que fazem crescer o déficit externo, obrigam os sucessivos governos a jogarem para um patamar cada vez mais alto a taxa de juros, de modo a compensar o déficit através da obtenção de investimentos financeiros internacionais.

Essa realidade reforça a dependência do Brasil, ou a sua relação de subordinação com outras nações, pelo aumento da troca desigual e transferência de recursos para o exterior, como apresenta Marini (1976, p.23) “transações entre nações que trocam distintas classes de mercadorias, como manufaturas e matérias-primas [...] permite que as primeiras iludam a lei do valor e vendam os seus produtos a preços superiores ao seu valor, configurando assim uma troca desigual.” Essa dinâmica, como já esclarecida, faz com que os países desfavoráveis na troca cedam parte do valor produzido ou transfiram mais-valia para os países mais favorecidos, ou aqueles de maior produtividade. Os investimentos estrangeiros também trazem consequências de remessa de lucros para o exterior como serão detalhadas, como se segue, na abordagem da privatização.

O processo de desnacionalização, ou denominada privatização, foi uma prática realizada no Brasil extensivo para alguns países da América Latina. A face ideológica do neoliberalismo passa a compor a realidade brasileira com intensa ações de privatização como ressalta Boito Jr. (1999, p.48) “em 1995, grupos econômicos estrangeiros compraram, segundo relato de empresas de consultoria, cerca de 300 empresas nacionais de diferentes ramos”.

Ainda no contexto das privatizações no Brasil aponta Oliveira (2006, p. 278) “a relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de refém do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras”. Muitas empresas associadas a grupos estrangeiros passaram a ser montadora de peças importadas, o que caracteriza também a desnacionalização e desindustrialização coincidentes com interesses

⁴ Em 1991 saldo de US\$ 123,9 bilhões e em 1995 saldo de US\$159,2 bilhões. (IPEA, 2019)

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.

Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

políticos. Para Cardoso e Faletto (1984, p. 123) o investimento estrangeiro representa uma forte condição a própria continuidade do desenvolvimento “como ocorreu durante o período frondizista, o Governo de Kubitschek [...] esse tipo de industrialização vai intensificar o padrão de sistema social excludente”. Esses autores reconhecem tais investimentos como necessários, sendo esse o formato do capitalismo industrial característico de um cenário transitório de dependência para se tornar autônomo. Todavia, a compreensão por Marini (1976, p. 67) do capital dual, ou seja, formado por investidores estrangeiros e nacionais, ratifica a transferência de valor para os países centrais, “a transferência de lucros e, conseqüentemente, de mais-valia para os países industriais aponta no sentido de formação de uma taxa média de lucro em nível internacional [...] cede progressivamente lugar à primazia do preço de produção”, uma vez que a taxa de lucro de baixo valor nos países periféricos é compensada pela aumento da composição orgânica.

A desregulamentação da força de trabalho foi outra medida adotada no Brasil como medida do neoliberalismo, conforme demonstrado a seguir:

Tabela1: Evidências da desregulamentação da força do trabalho no Brasil- neoliberalistas

EVIDÊNCIA DA DESREGULAMENTAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO NO BRASIL NO NEOLIBERALISMO

Desindexação dos salários, medida imposta por Fernando Collor, revogada no governo Itamar, e reimplantada por Fernando Henrique Cardoso em julho de 1995 (BOITO JR, 1999, p. 92).

“Decreto 2.100/96 que revogou a aplicação da Convenção 158 da OIT no Brasil, facilitando a prática empresarial de demissão sumária de trabalhadores” (Ibid., p. 92)

“Portaria 865/95 do Ministério do Trabalho que impediu a autuação, pelos fiscais do trabalho, de empregadores que desrespeitem direitos estabelecidos em convenções ou acordos coletivos”. (Ibid., p. 92)

Intencional movimento de reduzir a fiscalização (precarização) das Delegadas Regionais do Trabalho e ao estigmatizarem os direitos sociais e a legislação trabalhista. (Ibid., p. 94)

Fonte: Síntese de citações diretas e indiretas em consulta a Boito Jr (1999)

As evidências apresentadas reforçam a superexploração do trabalho, terceiro fator determinante do capitalismo dependente já apresentado na Teoria da Dependência. Segundo Marini (1976, p.26), uma das formas de superexploração consiste em “reduzir o consumo do operário mais que para além do seu limite normal, pelo qual o fundo necessário de consumo do operário converte-se de fato, dentro de certos limites, num fundo de acumulação de capital”. Esse fator somado ao prolongamento da jornada e a intensificação do trabalho

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.
Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social
<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

conduz ao modo de produção que aumenta apenas a mais-valia absoluta, como já exposto, sem promover o aumento da capacidade produtiva, transferindo a mais-valia relativa para os países centrais.

A Consolidação das Leis Trabalhistas criada em 1943, ainda no governo de Getúlio Vargas, regularizou a situação da jornada de trabalho no Brasil o que contribuiu em assegurar muitos dos direitos do trabalhador por várias décadas. A Organização Internacional do Trabalho fez uma comparação entre a média da jornada semanal de trabalho, de 1995 a 2004, de vários países no mundo com distintas economias, a qual apresentou os seguintes valores: “entre 35 horas e 45 horas, mas um número significativo de países em desenvolvimento tem jornadas semanais mais longas, não raro acima de 48 horas” (OIT, 2009, p. 27). Entre esses países em desenvolvimento encontram-se por exemplo a Costa Rica, El Salvador, Filipinas, Peru, Tailândia e Turquia. “No Brasil, por exemplo, a jornada estatutária foi reduzida para 44 horas em 1988, distanciando-se do limite de 48 horas, em vigor desde 1934” (*Ibid*, p. 12). Luce (2013, p. 177) contrapõe essa aparência afirmando em seus estudos que “em todos os setores, na comparação 1990-2006, se elevou o percentual de trabalhadores que têm de se submeter a jornadas superiores à jornada legal”, fazendo referência a indústria comércio e serviços da região metropolitana de São Paulo.

A superexploração do trabalho, como já exposto, também é caracterizado pela baixa remuneração e conseqüente baixo consumo do trabalhador, suficiente para repor suas energias. Segundo Luce (2013, p. 175):

Em 2011, o salário mínimo corrente apresentava menos da metade do poder de compra na comparação com o ano de sua criação. Essa análise colide com a aparência de que haveria ocorrido recorde no aumento do salário mínimo real, como afirma o discurso oficial [...] Se o salário não alcança a quantia suficiente para o trabalhador repor o desgaste de sua força de trabalho, estaremos diante da superexploração.

Há aqui um tom de alerta na demonstração do autor que mesmo com as recuperações parciais ocorridas no poder aquisitivo do salário mínimo em 2011, nos governos de Lula e Dilma, em comparação a 1990 onde houve a desindexação do salário, não foi possível ainda superar a metade do poder de compra desde o seu surgimento. Esse aumento do poder aquisitivo, mesmo sob crise dos países centrais, é ratificado por Almeida (2012, p. 701) ao fazer referência do governo de Lula “o resultado foi o aumento do emprego e da renda dos

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.

Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

setores mais pauperizados, ao mesmo tempo em que, no bojo de um extraordinário processo de acumulação de capital em tempos de crise nos centros hegemônicos do capitalismo”.

As medidas neoliberalistas de desregulamentação, apresentadas neste estudo, reforçam a forma de superexploração do trabalho voltada para a intensidade do trabalho além dos limites normais, e concomitantemente a redução valor do poder aquisitivo do pagamento da força de trabalho.

Enfim, as ações neoliberalistas analisadas pelas premissas da Teoria da Dependência com bases epistemológicas marxistas e pelo capitalismo dependente de Cardoso e Faletto (1984) reforçam o caráter de subordinação, levando em consideração para esses últimos autores que tais fatos fazem parte do processo contínuo para atingir o desenvolvimento de uma nação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do neoliberalismo em que o capitalismo se reestrutura, sob as condições estabelecidas para o avanço das ideias e práticas com menor intervenção do Estado, os países centrais reafirmam o imperialismo com discursos contraditórios a exemplo da inviabilidade do monopólio de empresas públicas e concomitante viés para um mercado eficaz, mas quando convém permitem e fomentam a fusão de grandes grupos e oligarquias privadas. No Brasil, a abertura de mercado as relações comerciais intensificaram a troca desigual reforçado pelo aumento desproporcional das importações em relação às exportações com inerente depreciação dos termos de troca. A desregulação da força de trabalho no Brasil acusa um risco emitente do aumento da superexploração do trabalho e sofre pressões contínuas neoliberais de perda de direitos. Portanto, diante desse panorama neoliberal, os elementos referentes a superexploração do trabalho e intercâmbio desigual são intensificados, prejudicando o consumo individual dos trabalhadores e impedindo a criação de um fluxo de circulação pela demanda do mercado interno capaz de gerar reinvestimentos pela acumulação de capital e um capitalismo autônomo. Em síntese o neoliberalismo reforça a condição necessária e suficiente para a continuidade de uma relação de subordinação do Brasil aos países centrais.

Ressalta nos estudos apresentados as divergências sobre a perceptiva de compreensão sobre o capitalismo dependente dos países periféricos entre os conceitos apresentados pelos estudiosos com base na Teoria Marxista da Dependência e aquele que utilizam abordagem

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.
Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

weberiana, pois enquanto a primeira considera que esses países permaneceram em um contínuo processo de dependência e transferência de mais-valia para os países centrais, a segunda abordagem considera que a dependência constitui apenas um etapa do processo de desenvolvimento.

Esse estudo possui limitações nas apresentações das evidências das consequências do neoliberalismo no Brasil, haja vista que as fontes dos dados analisadas foram restringidas aos trabalhos científicos e obras já publicadas. Portanto cabe aqui uma ampliação da pesquisa no sentido de aumentar a robustez dos dados trabalhados, dando luz ao conhecimento pela pesquisa empírica.

Abrangência pode ser dada deste estudo ao incluir a mesma análise sobre os pensamentos de Florestan Fernandes o qual apresenta uma relação com a sociedade de classes em um modelo autárquico-burguês hegemônico do neocolonialismo que se molda e sustenta a subordinação aos países centrais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcio Flávio Rodrigues de. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo.** *Serv. Soc. Soc.*, nº.112, p.689-710 Dez 2012. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/05.pdf>> acessado em 09 de janeiro de 2019.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** v. I. Rio de Janeiro: Record, 2000. 488 p.

BOITO JR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil.** São Paulo, Xamã, 1999.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina.** 7. ed. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1984.

CHESNAIS, François. A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, Campinas (5): 1-30, dez 1995.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **O imperialismo na era neoliberal. Política social: alternativas ao neoliberalismos.** (org. Boschetti). Brasília, UNB, 2004.

HARVEY, D.. **O Neoliberalismo – história e implicações.** São Paulo, Loyola, 2005.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. **História do pensamento econômico.** Tradução de André Arruda Villela. - Rio de Janeiro:Elsevier, 2013.

Revista Serviço Social em Perspectiva,
Volume 4, Edição Especial, março de 2020.

Anais do II Encontro Norte Mineiro de Serviço Social

<https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/sesoperspectiva>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **IPEA**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=38367>>. Acesso em 11/05/2019.

LUCE, Mathias Seibel. Brazil: new middle class or new ways of over exploiting the working class? **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 169-190, Apr. 2013. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198177462013000100010&lng=en&nrm=iso. access on 09 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462013000100010>.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Estud. av.**, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 7-41, Aug. 1993. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141993000200002&lng=en&nrm=iso. Access on 09 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200002>.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da dependência**. Coimbra: Centelha, 1976.

MARTINS, Carlos E. **Globalização, dependência e o neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da Economia Política** – Livro I, vols I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

OLIVEIRA, F., **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. Basualdo, E., M; Arceo E., CLACSO, Buenos Aires, ago/2006, disponível, em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C08DeOliveira.pdf> acesso em 10 de janeiro de 2019.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Duração do Trabalho em Todo o Mundo: Tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa perspectiva global comparada** / Sangheon Lee, Deirdre McCann e Jon C.Messenger; Secretaria Internacional de Trabalho. – Brasília: OIT, 2009.

SANDRONI, Paulo (Org.). **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Best Seller, 1999.